



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Mensagem nº 002/03

Cordeirópolis, 26 de novembro de 2003

*Excelentíssimo Senhor Presidente*

Serve-se o **Executivo Municipal** do presente, a fim de, com permissa vênica, fazer chegar às mãos de *Vossa Excelência*, e extensivamente a todos os insígnies legisladores que brilhantemente compõem esse singularíssimo *Poder Legislativo do Município de Cordeirópolis*, o incluso Projeto de lei, o qual abrange matéria de singular importância, como denotamos a seguir.

Acontece, porém, que, nos dias atuais, o segmento público que cuida do trânsito, isto em qualquer esfera de governo, deve responder aos anseios da população de maneira ágil, precisa e permanente a fim de prestar, como norma constante, os melhores serviços possíveis, mas por mais que se deseje planejar e aplicar melhoramentos junto ao município, devido a dinâmica e adversidades da máquina pública, como exemplo a malha viária e o trânsito que nela existe e devido ao aumento diário de veículos que nela trafegam, a Administração com este Projeto de Lei visa criar o **Departamento Municipal de Trânsito "DEMUTRAN"**.

O "DEMUTRAN" como órgão executivo de trânsito com jurisdição no território do município de Cordeirópolis, terá autonomia de agir, aplicando as *Leis Federais, Estaduais e Municipais* vigentes que normatizam o trânsito, através de profissionais competentes, que deverão manter em perfeita sintonia, o trânsito existente no município. Caberá ao DEMUTRAN comunicar sempre que necessário ao *Departamento de Obras e Serviços da Municipalidade*, as irregularidades existentes, cobrando uma eficaz atuação e execução das obras que se fizerem necessárias ao bom andamento do trânsito junto ao município, tudo com o objetivo precípuo de oferecer bem estar aos munícipes, que diariamente se utilizam da malha viária de Cordeirópolis.

A busca da prestação dos melhores serviços, além de ser constante, deve ser um objetivo singular do *Executivo Municipal* e com essa proposta pretende-se ao criar no Município o "DEMUTRAN", agilizar e atender a população, solucionando as ocorrências apontadas pelos usuários da malha viária, possibilitando se assim, o Executivo sanar as irregularidades apresentadas, no intuito de se evitar possíveis acidentes no trânsito, que na maioria das vezes ceifam vidas ou causam sequelas pelo resto da vida.

Revestindo-se, portanto a presente matéria de elevado interesse público, rogamos a V. Excia, bem como dos inclitos legisladores, no que se refere a aprovação do presente Projeto, que o mesmo receba os benefícios do artigo 53 e parágrafos da *Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis*.

Aguardando pronunciamento favorável dessa *Augusta Casa de Leis*, através de *Vossa Excelência* e demais pares, aproveito a oportunidade para apresentar-lhe e extensivamente aos demais *Legisladores*, os nossos protestos de consideração e real apreço.

Atenciosamente,

MILTON ANTONIO VITTE  
Prefeito Municipal  
em exercício

Ao  
Exmo Senhor  
CARLOS APARECIDO BARBOZA  
D.D. Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis

Recebido(a) em 27, 11, 2003  
às 17:52 horas

Secretaria Administrativa  
Paulo César Tamiazo  
Coordenador de Secretaria





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

## **Projeto de Lei Complementar nº 3** **de 26 de novembro de 2003**

Dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Trânsito e dá outras providências

**O Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo,**

**Faz saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:**

**Art. 1º** - Fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis o Departamento Municipal de Trânsito, como órgão executivo de trânsito com jurisdição no território do Município de Cordeirópolis.

**Art. 2º** - O Departamento Municipal de Trânsito, a ser reconhecido pela sigla DEMUTRAN, tem como atribuições:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito do Município de Cordeirópolis;

II – planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III – implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV – coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

V – estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI – executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código Brasileiro de Trânsito.

VII – aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código Brasileiro de Trânsito notificando os infratores e promovendo a arrecadação das multas que aplicar;

VIII – fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e promover a arrecadação das multas que aplicar;

IX – fiscalizar o cumprimento das normas contidas no artigo 95 do Código Brasileiro de Trânsito, aplicando as penalidades e promovendo a arrecadação das multas previstas pelo aludido dispositivo legal.

X – implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias e logradouros públicos;

continua





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Projeto de Lei mensagem nº

continuação

fls.02

XI – promover a arrecadação de valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e de escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XII – credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

XIII – integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;

XIV – implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV – promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito;

XVI – planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII – registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e promovendo a arrecadação de multas decorrentes de infrações;

XVIII – conceder autorização para condução de veículos de propulsão humana e de tração animal;

XIX – articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN – Conselho Estadual de Trânsito;

XX – fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;

XXI – vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.

XXII – executar outras atribuições previstas em leis, regulamentos, resoluções e em outros instrumentos legais não previstos nesta lei.

Artigo 3º - O Departamento Municipal de Trânsito é um órgão subordinado diretamente ao Prefeito Municipal.

Artigo 4º - Ficam criados junto ao Departamento Municipal de Trânsito, um cargo de Chefe de Departamento, de provimento em comissão, regido pelo Estatuto dos Funcionários do Município, referência A, Anexo I, Tabela I e um cargo de Oficial Administrativo, de provimento efetivo, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), referência C4, Anexo 02, da Tabela II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, com os seguintes requisitos e atribuições:

I – O cargo de Chefe de Departamento, deverá ter as seguintes atribuições:

a) cumprir e fazer cumprir a legislação municipal, no âmbito de suas atribuições, especialmente as decorrentes desta lei;

b) planejar, coordenar e promover a execução de todas as atividades de sua unidade, baseando-se nos objetivos a serem alcançados, e na disponibilidade de recursos humanos e materiais, para definir prioridades e rotinas;

continua





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Projeto de Lei mensagem nº

continuação

fls.03

- c) participar da elaboração da política administrativa do Município, fornecendo informações e sugestões a fim de contribuir para a definição de objetivos;
- d) controlar o desenvolvimento dos programas afetos ao respectivo Departamento, orientando os executores na solução de dúvidas e problemas, tomando decisões ou sugerindo estudos pertinentes, para possibilitar melhor desempenho dos trabalhos;
- e) avaliar os resultados dos programas, consultando o pessoal responsável pela unidade, para detectar falhas e propor modificações;
- f) elaborar relatórios sobre o desenvolvimento dos serviços e os resultados alcançados, informando o superior imediato para uma avaliação da política de governo;
- g) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

II – O cargo de Oficial Administrativo, que deverá ser provido por portador de título conclusivo de segundo grau, tem as seguintes atribuições:

- a) examinar toda correspondência recebida, analisando e coletando dados referentes às informações solicitadas, para elaboração das respostas e posterior encaminhamento;
- b) redigir, datilografar ou digitar atos administrativos rotineiros da unidade, como ofícios, memorandos, circulares e outros para dar cumprimento à rotina administrativa;
- c) atender ao expediente normal da unidade, efetuando abertura, recebimento, encaminhamento, registro, distribuição de processos, correspondência interna e externa, visando atender às solicitações;
- d) organizar e manter atualizados os arquivos de documentos, classificando-os por ordem cronológica e/ou alfabética visando um controle sistemático dos mesmos;
- e) examinar a exatidão de documentos, conferindo, efetuando registros, observando prazos, datas, posições financeiras e outros lançamentos para elaboração de relatórios físico-financeiros;
- f) elaborar estatísticas e cálculos para levantamento dos dados necessários à elaboração do orçamento-programa anual, computando gastos com pessoal, materiais de consumo e permanentes, equipamentos e instalações, efetuando levantamentos, compilando dados em tabelas ou mapas demonstrativos, possibilitando fornecer a posição financeira, contábil e outras;
- g) prestar atendimento ao público, fornecendo informações gerais atinentes à sua unidade, visando esclarecer as solicitações dos mesmos;
- h) controlar a agenda de seus superiores imediatos, estipulando ou informando horários para compromissos, reuniões e outros;
- i) executar as demais tarefas relativas ao cumprimento das atribuições do respectivo Departamento, não privativas do Chefe do Departamento;
- j) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Artigo 6º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS


Projeto de Lei mensagem nº

continuação

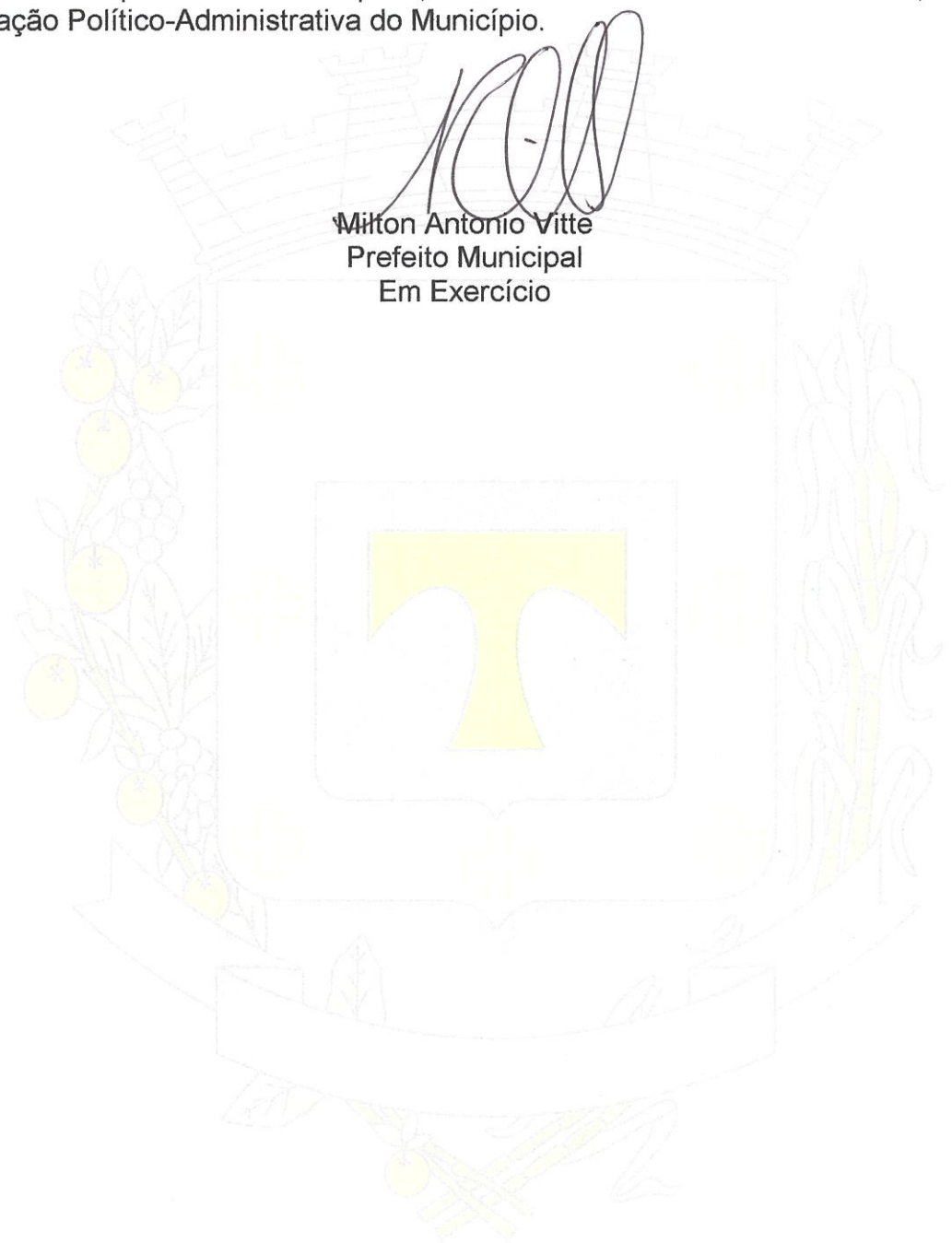
fls.04

Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor no dia primeiro de janeiro de 2004, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 26 de novembro de 2003; 55º da Emancipação Político-Administrativa do Município.



Milton Antonio Vitte  
Prefeito Municipal  
Em Exercício







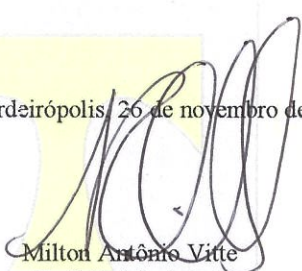
# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

## DECLARAÇÃO

Milton Antônio Vitte, Vice-Prefeito Municipal em exercício no cargo de Prefeito Municipal de Cordeirópolis, em atendimento ao que dispõe o artigo 16 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, DECLARA, na qualidade de Ordenador de Despesa da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, que as despesas, de que trata o Projeto de Lei Complementar de 26 de novembro de 2003, que é enviado à Câmara Municipal através da Mensagem nº 002/03 tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária de 2004, e compatibilidade com o Plano Plurianual relativo ao período de 2002 a 2005, bem como, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Declara, finalmente, que o disposto no Projeto de Lei Complementar em pauta atende o que dispõe o inciso III do art. 37 e o § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Cordeirópolis, 26 de novembro de 2003.

  
Milton Antônio Vitte  
Prefeito Municipal  
Em exercício



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

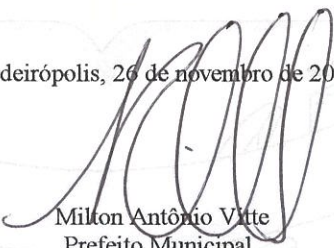
## ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Objetivando atender o disposto no artigo 16, I, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, seguem as estimativas de impacto orçamentário-financeiro relativo à geração de despesas de que trata o Projeto de Lei Complementar de 26 de novembro de 2003 (Mensagem n.º 002/03- D.A.), que cria o Departamento Municipal de Trânsito e dá outras providências.

| Especificação<br>Da Despesa   | Exercício<br>de 2004 | Exercício<br>de 2005 | Exercício<br>de 2006 |
|-------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Despesas Correntes            |                      |                      |                      |
| Pessoal e Encargos            |                      |                      |                      |
| Salário-Família               | 200,00               | 200,00               | 200,00               |
| Venc e Vantagens Fixas        | 32.900,00            | 39.200,00            | 39.200,00            |
| Obrigações Patronais          | 10.000,00            | 10.000,00            | 10.000,00            |
| Outras Desp Variáveis-P.Civil | 4.100,00             | 4.100,00             | 4.100,00             |
| Auxílio-Alimentação           | 1.900,00             | 1.900,00             | 1.900,00             |
| Outras Despesas Correntes     |                      |                      |                      |
| Material de Consumo           | 19.000,00            | 19.000,00            | 19.000,00            |
| Outros Serv de Terceiros      |                      |                      |                      |
| Pessoa Física                 | 3.000,00             | 3.000,00             | 3.000,00             |
| Pessoa Jurídica               | 6.300,00             | 6.300,00             | 6.300,00             |
| Despesas de Capital           |                      |                      |                      |
| Investimentos                 |                      |                      |                      |
| Equip. e Mat. Permanente      | 10.000,00            | 10.000,00            | 10.000,00            |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>87.400,00</b>     | <b>87.400,00</b>     | <b>87.400,00</b>     |

As despesas decorrentes da criação do Departamento Municipal de Trânsito onerarão as dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento de 2004, e representarão naquele exercício um impacto orçamentário-financeiro da ordem de 0,32375%.

Cordeirópolis, 26 de novembro de 2003.

  
Milton Antônio Vitor  
Prefeito Municipal  
Em exercício

**CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS**  
Estado de São Paulo

---

**ASSESSORIA LEGISLATIVA**

**PARECER**

**Propositura:** Projeto de Lei Complementar Nº 03, de 27 de novembro de 2003, de autoria do Excelentíssimo Senhor Prefeito em exercício, Milton Antonio Vitte.

**Assunto:** Dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Trânsito e dá outras providências.

**Parecer:**

O projeto em questão versa sobre a criação do DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO como órgão executivo integrante da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis.

A propositura enumera as atribuições do supracitado Departamento e cria o cargo público de **Chefe de Departamento**, de provimento em comissão, e o emprego público de **Oficial Administrativo**, com admissão mediante concurso público.

Primeiramente, é de rigor destacar que o Senhor Prefeito Municipal possui competência privativa para deflagrar o processo de elaboração de lei que disponha sobre a criação de cargos e empregos públicos, bem como sobre a estruturação da administração municipal, conforme preceitua o **art. 49, incisos I e II, da Lei Orgânica Municipal**.

Por outro lado, é notório que a criação de cargos e empregos públicos somente pode ser implementada mediante a aprovação de **lei complementar**, conforme preceitua o **art. 46, §2º, inciso IV, da Carta Municipal**, não havendo, nesse mister, qualquer reparo a ser feito.

Além disso, por se tratar de matéria que gera aumento da despesa com pessoal, devem ser atendidas as exigências insertas no **art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**, com a apresentação de *estimativa trienal de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa atestando a adequação do novo gasto aos três planos orçamentários*.

Na mesma esteira, reza o **“caput” do art. 52 da Lei Orgânica Municipal**: *“nenhum projeto que implique a criação ou aumento de despesa pública será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis, próprios para atender aos novos encargos”*.

Pelo visto, é inequívoco que as exigências decorrentes da LRF e da própria LOM foram observadas, não havendo, portanto, qualquer óbice à regular tramitação da matéria em exame.



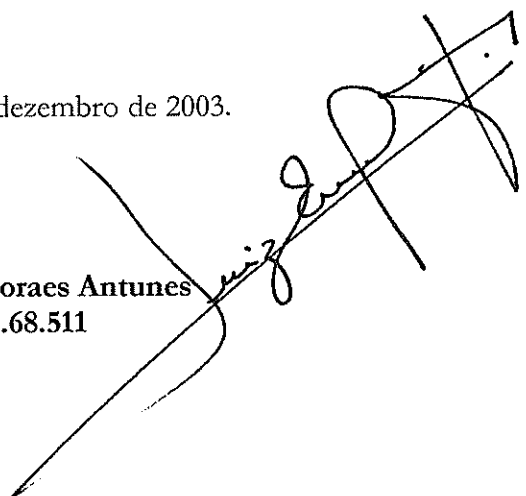


**Conclusão:**

De acordo com a manifestação acima, entendemos,  
S.M.J., que o projeto é LEGAL.

Cordeirópolis, 02 de dezembro de 2003.

Luiz Eduardo Moraes Antunes  
OAB/SP.68.511





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer referente ao Projeto de Lei Complementar nº. 3, de 27 de novembro de 2003.

Referida proposição não recebeu emenda durante o prazo regimental.

Quanto aos dispositivos regimentais, nada temos a opor, pois nota-se que a propositura preenche todos os requisitos necessários.

Do ponto de vista legal e constitucional, encontra-se em consonância com as disposições vigentes.

Assim, verificamos que não existem impedimentos para a sua tramitação.

Desta forma, julgamos que o presente projeto está apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade.

Sala das Comissões, 8 de dezembro de 2003.

  
SÉRGIO BALTHAZAR RODRIGUES DE OLIVEIRA  
RELATOR

  
LUIZ CARLOS DA SILVA  
PRESIDENTE

  
TERESINHA ANGÉLICA GOMES DE SOUZA  
MEMBRO





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## COMISSÃO DE URBANISMO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

**Parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº. 3, de 27 de novembro de 2003.**

Colocado em pauta pelo prazo regimental, não recebeu emendas.

Decorrido este prazo, o projeto foi enviado à Comissão de Justiça que, não encontrando impedimentos jurídico-constitucionais ou legais, opinou favoravelmente.

Dando continuidade ao processo legislativo, foi encaminhada a esta Comissão, para que opinasse sobre o mérito do projeto. De nossa parte, concordamos com os argumentos contidos na justificativa que acompanha o presente.

Por este motivo, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº. 3, de 27 de novembro de 2003.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, 8 de dezembro de 2003.

  
JAIR APARECIDO DALERÉ  
RELATOR

TERESINHA ANGÉLICA GOMES DE SOUZA  
PRESIDENTE

  
RUBENS METZNER  
MEMBRO



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

*Parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº. 3, de 27 de novembro de 2003.*

Colocado em pauta pelo prazo regimental, não recebeu emendas.

Decorrido este prazo, o projeto foi enviado às Comissões pertinentes, que, não encontrando impedimentos jurídico-constitucionais ou legais, opinou favoravelmente.


De nossa parte, não encontramos nenhum impedimento de natureza financeira ou orçamentária que embarace a aprovação do referido projeto, concordando com os argumentos contidos na justificativa que acompanha o presente.

Por este motivo, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº. 3, de 27 de novembro de 2003.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, 8 de dezembro de 2003.

  
REGINALDO MARTINS DA SILVA  
RELATOR

  
CRISTIANO ANTONIO GUARASEMIN  
PRESIDENTE

  
LUIZ CARLOS DA SILVA  
MEMBRO





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## Emenda nº. 1 ao Projeto de Lei Complementar nº. 3, de 2003

Suprima-se o inciso X do art. 2º do referido projeto.

### JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa evitar que, futuramente, seja implantada a "zona azul" no Município.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 8 de dezembro de 2003.

LUIZ CARLOS DA SILVA  
VEREADOR

### APROVADO(A)

- ( ) 1ª Discussão
- ( ) 2ª Discussão
- (X) Discussão Única
- ( ) Redação Final

Presidente



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## Emenda nº. 2 ao Projeto de Lei Complementar nº. 3, de 2003

Suprima-se o inciso II do art. 4º do referido projeto.

### JUSTIFICATIVA

Já existe funcionário da Prefeitura trabalhando na seção de trânsito, portanto não é necessária a criação de mais um cargo.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 8 de dezembro de 2003.

LUIZ CARLOS DA SILVA  
VEREADOR

REJEITADO (A)

Sessão de

8/12/2003

Presidente





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

*Em virtude da aprovação da Emenda nº. 1, dê-se ao projeto a seguinte redação final:*

"Dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Trânsito e dá outras providências

**Art. 1º** - Fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis o Departamento Municipal de Trânsito, como órgão executivo de trânsito com jurisdição no território do Município de Cordeirópolis.

**Art. 2º** - O Departamento Municipal de Trânsito, a ser reconhecido pela sigla DEMUTRAN, tem como atribuições:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito do Município de Cordeirópolis;

II – planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III – implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV – coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

V – estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI – executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código Brasileiro de Trânsito.

VII – aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código Brasileiro de Trânsito notificando os infratores e promovendo a arrecadação das multas que aplicar;

VIII – fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e promover a arrecadação das multas que aplicar;

IX – fiscalizar o cumprimento das normas contidas no artigo 95 do Código Brasileiro de Trânsito, aplicando as penalidades e promovendo a arrecadação das multas previstas pelo aludido dispositivo legal.

X – promover a arrecadação de valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e de escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XI – credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

XII – integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;

XIII – implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XIV – promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito;





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício “Dr. Cássio de Freitas Levy”

XV – planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVI – registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e promovendo a arrecadação de multas decorrentes de infrações;

XVII – conceder autorização para condução de veículos de propulsão humana e de tração animal;

XVIII – articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN – Conselho Estadual de Trânsito;

XIX – fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;

XX – vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.

XXI – executar outras atribuições previstas em leis, regulamentos, resoluções e em outros instrumentos legais não previstos nesta lei.

**Art. 3º** - O Departamento Municipal de Trânsito é um órgão subordinado diretamente ao Prefeito Municipal.

**Art. 4º** - Ficam criados junto ao Departamento Municipal de Trânsito, um cargo de Chefe de Departamento, de provimento em comissão, regido pelo Estatuto dos Funcionários do Município, referência A, Anexo I, Tabela I e um cargo de Oficial Administrativo, de provimento efetivo, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), referência 04, Anexo 02, da Tabela II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, com os seguintes requisitos e atribuições:

I – O cargo de Chefe de Departamento deverá ter as seguintes atribuições:

- a) cumprir e fazer cumprir a legislação municipal, no âmbito de suas atribuições, especialmente as decorrentes desta lei;
- b) planejar, coordenar e promover a execução de todas as atividades de sua unidade, baseando-se nos objetivos a serem alcançados, e na disponibilidade de recursos humanos e materiais, para definir prioridades e rotinas;
- c) participar da elaboração da política administrativa do Município, fornecendo informações e sugestões a fim de contribuir para a definição de objetivos;
- d) controlar o desenvolvimento dos programas afetos ao respectivo Departamento, orientando os executores na solução de dúvidas e problemas, tomando decisões, ou sugerindo estudos pertinentes, para possibilitar melhor desempenho dos trabalhos;
- e) avaliar os resultados dos programas, consultando o pessoal responsável pela unidade, para detectar falhas e propor modificações;
- f) elaborar relatórios sobre o desenvolvimento dos serviços e os resultados alcançados, informando o superior imediato para uma avaliação da política de governo;
- g) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

II – O cargo de Oficial Administrativo, que deverá ser provido por portador de título conclusivo de segundo grau, tem as seguintes atribuições:





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

- a) examinar toda correspondência recebida, analisando e coletando dados referentes às informações solicitadas, para elaboração das respostas e posterior encaminhamento;
- b) redigir, datilografar ou digitar atos administrativos rotineiros da unidade, como ofícios, memorandos, circulares e outros para dar cumprimento à rotina administrativa;
- c) atender ao expediente normal da unidade, efetuando abertura, recebimento, encaminhamento, registro, distribuição de processos, correspondência interna e externa, visando atender às solicitações;
- d) organizar e manter atualizados os arquivos de documentos, classificando-os por ordem cronológica e/ou alfabética visando um controle sistemático dos mesmos;
- e) examinar a exatidão de documentos, conferindo, efetuando registros, observando prazos, datas, posições financeiras e outros lançamentos para elaboração de relatórios físico-financeiros;
- f) elaborar estatísticas e cálculos para levantamento dos dados necessários à elaboração do orçamento-programa anual, computando gastos com pessoal, materiais de consumo e permanentes, equipamentos e instalações, efetuando levantamentos, compilando dados em tabelas ou mapas demonstrativos, possibilitando fornecer a posição financeira, contábil e outras;
- g) prestar atendimento ao público, fornecendo informações gerais atinentes à sua unidade, visando esclarecer as solicitações dos mesmos;
- h) controlar a agenda de seus superiores imediatos, estipulando ou informando horários para compromissos, reuniões e outros;
- i) executar as demais tarefas relativas ao cumprimento das atribuições do respectivo Departamento, não privativas do Chefe do Departamento;
- j) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

**Art. 6º** - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 7º** - Esta lei entrará em vigor no dia primeiro de janeiro de 2004, revogadas as disposições em contrário."

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2003.

SÉRGIO BALTHAZAR RODRIGUES DE OLIVEIRA

Relator

LUIZ CARLOS DA SILVA

Presidente

TERESINHA ANGÉLICA GOMES DE SOUZA





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

## Autógrafo nº. 2254

Dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Trânsito e dá outras providências

A Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta:

**Art. 1º** - Fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis o Departamento Municipal de Trânsito, como órgão executivo de trânsito com jurisdição no território do Município de Cordeirópolis.

**Art. 2º** - O Departamento Municipal de Trânsito, a ser reconhecido pela sigla DEMUTRAN, tem como atribuições:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito do Município de Cordeirópolis;

II – planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III – implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV – coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

V – estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI – executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código Brasileiro de Trânsito.

VII – aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código Brasileiro de Trânsito notificando os infratores e promovendo a arrecadação das multas que aplicar;

VIII – fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e promover a arrecadação das multas que aplicar;

IX – fiscalizar o cumprimento das normas contidas no artigo 95 do Código Brasileiro de Trânsito, aplicando as penalidades e promovendo a arrecadação das multas previstas pelo aludido dispositivo legal.

X – promover a arrecadação de valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e de escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XI – credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

XII – integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;

XIII – implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XIV – promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito;





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

XV – planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVI – registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e promovendo a arrecadação de multas decorrentes de infrações;

XVII – conceder autorização para condução de veículos de propulsão humana e de tração animal;

XVIII – articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN – Conselho Estadual de Trânsito;

XIX – fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;

XX – vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.

XXI – executar outras atribuições previstas em leis, regulamentos, resoluções e em outros instrumentos legais não previstos nesta lei.

**Art. 3º** - O Departamento Municipal de Trânsito é um órgão subordinado diretamente ao Prefeito Municipal.

**Art. 4º** - Ficam criados junto ao Departamento Municipal de Trânsito, um cargo de Chefe de Departamento, de provimento em comissão, regido pelo Estatuto dos Funcionários do Município, referência A, Anexo I, Tabela I e um cargo de Oficial Administrativo, de provimento efetivo, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), referência 04, Anexo 02, da Tabela II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, com os seguintes requisitos e atribuições:

I – O cargo de Chefe de Departamento deverá ter as seguintes atribuições:

- a) cumprir e fazer cumprir a legislação municipal, no âmbito de suas atribuições, especialmente as decorrentes desta lei;
- b) planejar, coordenar e promover a execução de todas as atividades de sua unidade, baseando-se nos objetivos a serem alcançados, e na disponibilidade de recursos humanos e materiais, para definir prioridades e rotinas;
- c) participar da elaboração da política administrativa do Município, fornecendo informações e sugestões a fim de contribuir para a definição de objetivos;
- d) controlar o desenvolvimento dos programas afetos ao respectivo Departamento, orientando os executores na solução de dúvidas e problemas, tomando decisões ou sugerindo estudos pertinentes, para possibilitar melhor desempenho dos trabalhos;
- e) avaliar os resultados dos programas, consultando o pessoal responsável pela unidade, para detectar falhas e propor modificações;
- f) elaborar relatórios sobre o desenvolvimento dos serviços e os resultados alcançados, informando o superior imediato para uma avaliação da política de governo;
- g) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

II – O cargo de Oficial Administrativo, que deverá ser provido por portador de título conclusivo de segundo grau, tem as seguintes atribuições:





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

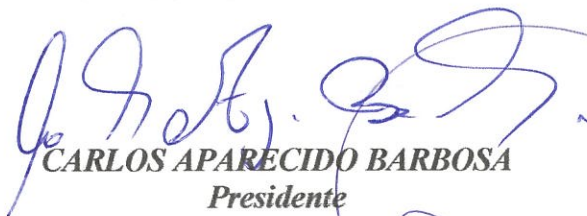
Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

- a) examinar toda correspondência recebida, analisando e coletando dados referentes às informações solicitadas, para elaboração das respostas e posterior encaminhamento;
- b) redigir, datilografar ou digitar atos administrativos rotineiros da unidade, como ofícios, memorandos, circulares e outros para dar cumprimento à rotina administrativa;
- c) atender ao expediente normal da unidade, efetuando abertura, recebimento, encaminhamento, registro, distribuição de processos, correspondência interna e externa, visando atender às solicitações;
- d) organizar e manter atualizados os arquivos de documentos, classificando-os por ordem cronológica e/ou alfabética visando um controle sistemático dos mesmos;
- e) examinar a exatidão de documentos, conferindo, efetuando registros, observando prazos, datas, posições financeiras e outros lançamentos para elaboração de relatórios físico-financeiros;
- f) elaborar estatísticas e cálculos para levantamento dos dados necessários à elaboração do orçamento-programa anual, computando gastos com pessoal, materiais de consumo e permanentes, equipamentos e instalações, efetuando levantamentos, compilando dados em tabelas ou mapas demonstrativos, possibilitando fornecer a posição financeira, contábil e outras;
- g) prestar atendimento ao público, fornecendo informações gerais atinentes à sua unidade, visando esclarecer as solicitações dos mesmos;
- h) controlar a agenda de seus superiores imediatos, estipulando ou informando horários para compromissos, reuniões e outros;
- i) executar as demais tarefas relativas ao cumprimento das atribuições do respectivo Departamento, não privativas do Chefe do Departamento;
- j) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

**Art. 6º** - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 7º** - Esta lei entrará em vigor no dia primeiro de janeiro de 2004, revogadas as disposições em contrário.

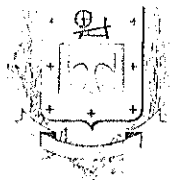
Câmara Municipal de Cordeirópolis, 9 de dezembro de 2003.

  
**CARLOS APARECIDO BARBOSA**  
*Presidente*

  
**LUIZ CARLOS DA SILVA**  
*1º. Secretário*

  
**REGINALDO MARTINS DA SILVA**  
*2º. Secretário*





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

## **Lei Complementar nº 075** **de 11 de dezembro de 2003**

Dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Trânsito e dá outras providências

**O Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:**

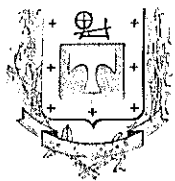
**Faz saber que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:**

**Art. 1º** - Fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis o Departamento Municipal de Trânsito, como órgão executivo de trânsito com jurisdição no território do Município de Cordeirópolis.

**Art. 2º** - O Departamento Municipal de Trânsito, a ser reconhecido pela sigla DEMUTRAN, tem como atribuições:

- I – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito do Município de Cordeirópolis;
- II – planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;
- III – implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;
- IV – coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;
- V – estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;
- VI – executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código Brasileiro de Trânsito;
- VII – aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código Brasileiro de Trânsito notificando os infratores e promovendo a arrecadação das multas que aplicar;
- VIII – fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e promover a arrecadação das multas que aplicar;
- IX – fiscalizar o cumprimento das normas contidas no artigo 95 do Código Brasileiro de Trânsito, aplicando as penalidades e promovendo a arrecadação das multas previstas pelo aludido dispositivo legal.
- X – promover a arrecadação de valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e de escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;
- XI – credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

continua



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Lei Complementar nº 075/03

continuação

fls.02

XII – integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;

XIII – implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XIV – promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito;

XV – planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVI – registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e promovendo a arrecadação de multas decorrentes de infrações;

XVII – conceder autorização para condução de veículos de propulsão humana e de tração animal;

XVIII – articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN – Conselho Estadual de Trânsito;

XIX – fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;

XX – vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.

XXI – executar outras atribuições previstas em leis, regulamentos, resoluções e em outros instrumentos legais não previstos nesta lei.

Artigo 3º - O Departamento Municipal de Trânsito é um órgão subordinado diretamente ao Prefeito Municipal.

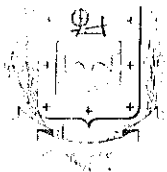
Artigo 4º - Ficam criados junto ao Departamento Municipal de Trânsito, um cargo de Chefe de Departamento, de provimento em comissão, regido pelo Estatuto dos Funcionários do Município, referência A, Anexo I, Tabela I e um cargo de Oficial Administrativo, de provimento efetivo, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), referência 04, Anexo 02, da Tabela II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, com os seguintes requisitos e atribuições:

I – O cargo de Chefe de Departamento, deverá ter as seguintes atribuições:

- a) cumprir e fazer cumprir a legislação municipal, no âmbito de suas atribuições, especialmente as decorrentes desta lei;
- b) planejar, coordenar e promover a execução de todas as atividades de sua unidade, baseando-se nos objetivos a serem alcançados, e na disponibilidade de recursos humanos e materiais, para definir prioridades e rotinas;
- c) participar da elaboração da política administrativa do Município, fornecendo informações e sugestões a fim de contribuir para a definição de objetivos;

continua





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Lei Complementar nº 075/03

continuação

fls.03

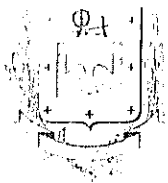
- d) controlar o desenvolvimento dos programas afetos ao respectivo Departamento, orientando os executores na solução de dúvidas e problemas, tomando decisões ou sugerindo estudos pertinentes, para possibilitar melhor desempenho dos trabalhos;
- e) avaliar os resultados dos programas, consultando o pessoal responsável pela unidade, para detectar falhas e propor modificações;
- f) elaborar relatórios sobre o desenvolvimento dos serviços e os resultados alcançados, informando o superior imediato para uma avaliação da política de governo;
- g) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

II – O cargo de Oficial Administrativo, que deverá ser provido por portador de título conclusivo de segundo grau, tem as seguintes atribuições:

- a) examinar toda correspondência recebida, analisando e coletando dados referentes às informações solicitadas, para elaboração das respostas e posterior encaminhamento;
- b) redigir, datilografar ou digitar atos administrativos rotineiros da unidade, como ofícios, memorandos, circulares e outros para dar cumprimento à rotina administrativa;
- c) atender ao expediente normal da unidade, efetuando abertura, recebimento, encaminhamento, registro, distribuição de processos, correspondência interna e externa, visando atender às solicitações;
- d) organizar e manter atualizados os arquivos de documentos, classificando-os por ordem cronológica e/ou alfabética visando um controle sistemático dos mesmos;
- e) examinar a exatidão de documentos, conferindo, efetuando registros, observando prazos, datas, posições financeiras e outros lançamentos para elaboração de relatórios físico-financeiros;
- f) elaborar estatísticas e cálculos para levantamento dos dados necessários à elaboração do orçamento-programa anual, computando gastos com pessoal, materiais de consumo e permanentes, equipamentos e instalações, efetuando levantamentos, compilando dados em tabelas ou mapas demonstrativos, possibilitando fornecer a posição financeira, contábil e outras;
- g) prestar atendimento ao público, fornecendo informações gerais atinentes à sua unidade, visando esclarecer as solicitações dos mesmos;
- h) controlar a agenda de seus superiores imediatos, estipulando ou informando horários para compromissos, reuniões e outros;
- i) executar as demais tarefas relativas ao cumprimento das atribuições do respectivo Departamento, não privativas do Chefe do Departamento;
- j) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Artigo 6º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

continua



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS


Lei Complementar nº 075/03

continuação


fls.04

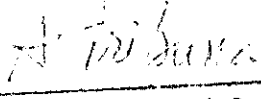
Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor no dia primeiro de janeiro de 2004, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, aos 11 de dezembro de 2003; 55º da Emancipação Político-Administrativa do Município.

  
**Elias Abrahão Saad**  
**Prefeito Municipal**

Publicada no Paço Municipal "Antonio Thirion", em 11 de dezembro de 2003.

  
**José Aparecido Benedito**  
**Coordenador Administrativo-Chefe**  
**Departamento de Administração**

  
Publicado no Jornal

Dia 13/12/2003 Pág. 13



## Prefeitura Municipal

**Lei nº 2172**  
**De 11 de dezembro de 2003**

Institui o COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Cordeirópolis e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo,

**Faz saber** que a Câmara Municipal de Cordeirópolis, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** - Fica instituído, por esta Lei, o COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar, com o objetivo de contribuir para a concretização do direito constitucional de cada pessoa humana à alimentação, constituindo-se um espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para a formulação de diretrizes para políticas e ações na área da segurança alimentar e nutricional.

**Parágrafo Único** - Cabe ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, estabelecer diálogo permanente com o Governo Municipal e organizações sociais nele representadas, com o objetivo de assessorar a Prefeitura Municipal de Cordeirópolis na formulação de políticas e na definição de diretrizes que visem a garantia do direito à alimentação.

**Art. 2º** - Compete ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do município de Cordeirópolis:

- I - propor, acompanhar e fiscalizar as ações do governo municipal nas áreas de segurança alimentar e nutricional;
- II - cooperar na articulação do governo municipal com as organizações da sociedade civil, para a implementação de ações voltadas ao combate das causas da miséria e da fome, no âmbito do Município;
- III - incentivar parcerias que garantam mobilização dos setores envolvidos e racionalização do uso dos recursos disponíveis;
- IV - coordenar campanhas de conscientização da opinião pública, com vistas à união de esforços no combate à fome;
- V - cooperar na formulação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- VI - os projetos e ações prioritários da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a serem incluídos, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a serem implementados pelo Governo;
- VII - propor estratégias, normatizações, projetos e ações no que concerne à segurança alimentar e nutricional.

**Parágrafo Único** - Compete também ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, estabelecer relações de cooperação com os Conselhos Estadual e Nacio-

ses, sendo 7 (sete) do Poder Público organizada, a saber:

- I - um representante do setor municipal;
- II - um representante do Departamento;
- III - um representante do Departamento;
- IV - um representante do Departamento;
- V - um representante da Secretaria;
- VI - um representante da Secretaria;
- VII - um representante do Ministério Alimentar e Nutricional.

**§ 1º.** - Na falta de indicação de segmentos governamentais relacionados, far-se-á na forma que disp-

**§ 2º.** - Os representantes da sociedade civil indicados em plenária coordenadora composta por três (3) membros do Conselho Municipal de Promoção Social, um representante da sociedade civil e um representante das entidades alimentares e nutricionais, e que es-

- I - 3 (três) representantes dos segmentos nas questões de segurança alimentar;
- II - 1 (um) representante de entidade classe;
- III - 3 (três) representantes de organizações de Moradores constituídas;
- IV - 1 (um) representante das Associações;

**Art. 4º** - Os suplentes dos representantes indicados pelos respectivos órgãos da sociedade civil organizados, representantes de outras entidades específicas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, acompanhado e assessorado.

**Parágrafo Único** - Os Suplentes dos membros do COMSEA, ser da sociedade civil, sendo eleitos o-

**Art. 5º.** - O COMSEA será coordenado pela Comissão Provisória.

**Art. 6º** - O COMSEA será presidido pela sociedade civil, escolhido por solicitação do conselho.

## II de Cordeirópolis

co e 8 (oito) da sociedade civil

icipal responsável pelo abaste-

mento de Saúde;

mento de Educação e Cultura;

amento de Promoção Social;

a Estadual de Saúde;

ria Estadual da Agricultura;

io Extraordinário da Segurança

presentante por quaisquer dos  
cionados no *caput*, a substituir  
o regimento interno.

idade civil organizada serão  
da pela Comissão Provisória,  
um representante do Departamen-  
tário da Câmara Municipal  
des que atuam na segurança  
lherão;

vimentos religiosos que atuam  
ntriar e nutricional.

ides sindicais e associações de

iedade Amigos de Bairro e As-  
idas;

1 das escolas.

titantes governamentais serão  
s de origem e os representan-  
t poderão ter, como suplentes,  
is, desde que aprovado na plei-  
icipal de Segurança Alimentar  
ganizado pela Comissão Provi-

ão eleitos através de votação  
o 4 do Poder Executivo e 7 da  
ais votados.

o, eleito e empossado em Ple-

do por um representante da  
is pares, na reunião de instala-

**Art. 7º** - O COMSEA elaborará seu Regimento Interno, a ser aprovado por maioria simples de seus membros no prazo de 60 dias (sessenta) dias, contados da composição do Conselho.

**Art. 8º** - Sempre que se fizer necessário, poderá o COMSEA solicitar aos órgãos públicos, sociedade civil organizada e administração pública municipal os dados e informações necessárias para o desenvolvimento de suas atividades.

**Art. 9º** - Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMSEA, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representem a sociedade civil, sempre que a pauta constar assuntos de sua área de atuação.

**Art. 10** - O COMSEA terá como convidados permanentes, na condição de observadores, um representante de cada Conselho Municipal existente no município.

**Art. 11** - A participação dos Conselheiros no COMSEA não será remunerada.

**Art. 12** - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Cordeirópolis contará com câmaras temáticas permanentes, que prepararão as propostas a serem por eles apreciadas, sendo regulamentado em seu Regimento Interno.

**Art. 13** - O Governo Municipal deverá assegurar ao COMSEA, assim como as suas câmaras temáticas e grupos de trabalho, os meios necessários ao exercício de suas competências, incluindo suporte administrativo e técnico e recursos financeiros assegurados pelo Orçamento Municipal.

**Art. 14** - O COMSEA reunir-se-á, ordinariamente, em sessões mensais e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou, pelo menos, pela metade de seus membros, com antecedência de cinco dias.

**Art. 15** - O COMSEA elaborará o seu regimento interno em até 60 dias, a contar da data de sua instalação.

**Art. 16** - O Prefeito Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua vigência.

**Art. 17** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, em 11 de dezembro de 2003: 55ª da Emancipação Política-Administrativa do Município.

**Elias Abrahão Saad**  
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal "Antonio Thirion", em 11 de dezembro de 2003.



**EDI**

A Doutora Adriana Paganini Dias, MMª Juíza Substituta, Presidente do Tribunal do Júri deste Foro Distrital de Cordeirópolis, Comarca de Limeira-SP,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que nos termos do artigo 439, parágrafo único, última parte do Código de Processo Penal, foi organizada a lista provisória de jurados que servirão durante o ano de 2004, nesta Vara Distrital de Cordeirópolis, Comarca de Limeira, e que são os seguintes:

ADELMO DIONÍSIO - técnico em mecânica  
ADRIANE BOTECHIA DE CAMARGO - funcionária pública

AGDA LUIZA SCATOLIN ZAIA - comerciante  
AILTON APARECIDO PEREIRA DA SILVA - analista de sistemas

ALAIR APARECIDA BATISTELLA - bancária  
ALDA MARIA ZORZO BARRETO - secretária  
ALESSANDRA CRISTINA BOTEON - secretária

ALTAMIR LAUTENSCHLAGER - eletricitário  
ÁLVARO FERREIRA JUNIOR - comprador  
AMADEU BENEDITO CARPINÉ - analista de sistemas

ANA PAULA DENADAI - secretária  
ANDRE RICARDO BARBOZA  
ANDREIA APARECIDA DE OLIVEIRA - balconista

ANTONIO DONIZETE GRANÇO - program. Computadores  
ANTONIO NAZARENO BATISTELA - adm. empresas  
ANTONIO PINHO GOMES JUNIOR - diretor de escola

CARLA CRISTINA OZELO  
CARLA ROBERTA DE LIMA - estudante  
CARLA GIOVANA BALTIERI - estudante

CARLOS AUGUSTO MEDEIROS - técnico meteorologista  
CLEITON EDUARDO FÍÓRIO - escriturário  
DANIELLE DE ARAUJO

DANILO CERRI  
DICIANE MINATEL BARRETO MOURÃO - funcionária pública  
EDEMIR LUIZ TAMIAZO

EDLA APARECIDA SANCHES BONATO - assistente social  
EDSON LUIZ GENESELI - industrial  
EDUARDO DONIZETE AVI - eletricitista

ELAINE CRISTINA VARIZE BARBOZA - balconista

ELIANA APARECIDA TONI  
ELIZANDRA RINALDI SOAR  
ELVIRA AUGUSTA ZAMBA pública

ERIC BOLDRINI - auxiliar  
ERIQUE RODRIGO LEME -  
EVANDRO CALEFFI

FABIANA BARBATO - pro  
FABIO BENEDITO - banc  
FÁTIMA SUELI CORDEIRO  
FERNANDA CRISTINA HOI

FERNANDO ARGENTON  
FRANCISCO CARLOS TOI  
GERALDO BATISTELA - cc

GISLAINE DE LIMA FASSIS  
GISELENE GOMES DA SILV,  
IRINEU PRIMININI - funcio

IVANA MARIA DE FREITAS  
JANETE GASPAR - tesour  
JEFERSON EDUARDO BRE

JOÃO ANTONIO ZUTIM -  
JOÃO BATISTA TULIMOSK  
JOÃO EDILSON RONCHE

pedição  
JOAQUIM VERÍSSIMO DA  
JOSÉ ALEXANDRE CELOT

JOSÉ ANTONIO BIGNOTC  
tório  
JOSÉ BENTO DÁRIO - co

JOSÉ JORGE VIEIRA DE F.  
JOSÉ ROBERTO FANTUCI  
JULIANA LOUREIRO - est

JURANDIR CORTE - indus  
KELI CRISTINA MINATEL -  
LUCILA MISSONO RODRIC

LUIZA CAROLINA ZANETI  
MARA REGINA BUENO I  
merciant

MARCELO CIARAMELLO  
MARCELO EDUARDO RC  
MÁRCIA APARECIDA FE

enfermagem  
MÁRCIA MÓDOLO SANC  
MARCOS ANTONIO DELL  
MARIA ANGELINA ZANETI

## 'AL

|                              |   |
|------------------------------|---|
| TTI – estudante              | MARIA DO CARMO SIMÃO CARANDINA – profes-<br>sora  |
| IA SETEMIO – funcionária     | MARISTELA MARTINS DE ALMEIDA – professora   |
| escritório                   | MARTA REGINA FERREIRA   |
| ancário                      | MAURICIO FERREIRA VALENARI  |
| isora                        | MEIRE PEIXOTO VILELA – chefe depto. pessoal   |
| )                            | MIRIAN ADRIANA GRILLO – aux. depto pessoal  |
| escrituraria                 | OSVALDO STEFANELLO –comerciante   |
| RIO BEGO – estudante         | OTAVIO BERTANHA – eletricitário   |
| O – engenheiro               | PAULO CESAR TAMIAGO – func. Público   |
| ZELA JUNIOR                  | RACHEL FILIE – aux de escritório  |
| lador                        | RENATO ARRIVABEN – serviços gerais  |
| escrituraria                 | RENATO VIEIRA PEDROSO – motorista   |
|                              | RICARDO APARECIDO VICTORINO DOS SANTOS –<br>ceramista   |
| rio público municipal        | RICARDO RODRIGUES DOS SANTOS – estudante  |
| comerciante                  | RODRIGO CHIERICE  |
| ra                           | ROGERIO TREVISAN – escriturário   |
| A – engenheiro industrial    | ROGIANE APARECIDA CORTE – func. Pública   |
| eramista                     | ROMUALDO FERNANDO MENEGUETTE – bancário   |
|                              | RONEI RICARDO FARIA – comerciante   |
|                              | SANDRA CRISTINA DOS SANTOS – vendedora  |
| ILLI – encarregado de ex-    | SANDRO ROSSI – aux de escritório  |
|                              | SÉRGIO ZAIA – vendedor  |
| ILVA NETO – industrial       | SONIA CRISTINA DOS SANTOS – estudante   |
| – comerciante                | SUELY OLIVO NUNES DE FREITAS – secretária   |
| JUNIOR – auxiliar de escri-  | TERESINHA DAMIÃO – encar. De serviço  |
|                              | VALQUIRIA CESTENARI – auxiliar de escritório  |
| erციante                     | VALTER APARECIDO ZANON – corretor de seguros  |
| ETAS – comerciante           | VANDIR APARECIDO BERG JUNIOR – técnico em química   |
| autônomo                     | VANESSA CRISTINA SCARINGI – estudante   |
| dante                        | VANUSA SILVA DE SOUZA   |
| tiário                       | VITOR JERONIMO PERUCHI – comerciante  |
| scrituraria                  | VITOR JOSÉ BETTIN CICOLIN – engenheiro  |
| JES – func. Pública estadual | VLADEMIR JOSÉ BELATTI – tec. Eletrônico   |
| func. Pública                | WILSON ZANETTI – contabilista   |
| E CAMARGO LAURIS – co-       |   |
| - autônomo                   | A seguir, pela MMª Juíza, foi determinada a<br>expedição do competente edital que será publi-<br>cado e afixado no lugar de costume, com o es-<br>clarecimento de que os interessados tem o prazo<br>de 20 (vinte) dias para interposição de recurso à<br>Superior Instância sem efeito suspensivo, bem<br>como para informarem eventuais incorreções na<br>grafia de seus nomes e/ou profissões. |
| AND – func. Público          | Cordeirópolis, 21 de novembro de 2003.  |
| RNANDES AVI – auxiliar de    |   |
| HES – chefe depto. pessoal   |   |
| A COLETA – adm. Empresas     |   |
| BOTEON – professora          |   |



## Prefeitura Municipal de Cordeirópolis

**Lei Complementar nº 075  
de 11 de dezembro de 2003**

Dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Trânsito e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

**Faz saber** que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis o Departamento Municipal de Trânsito, como órgão executivo de trânsito com jurisdição no território do Município de Cordeirópolis.

**Art. 2º** - O Departamento Municipal de Trânsito, a ser reconhecido pela sigla DEMUTRAN, tem como atribuições:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito do Município de Cordeirópolis;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

V - estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código Brasileiro de Trânsito.

VII - aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código Brasileiro de Trânsito notificando os infratores e promovendo a arrecadação das multas que aplicar;

**Artigo 3º** - O Departamento Municipal de Trânsito é subordinado diretamente ao Prefeito Municipal.

**Artigo 4º** - Ficam criados junto ao Departamento Municipal de Trânsito, um cargo de Chefe de Departamento em comissão, regido pelo Decreto Municipal do Município, referência A, e um cargo de Oficial Administrativo, de provimento em comissão, de acordo com a Tabela II, do Quadro de Pessoal de Cordeirópolis, com as seguintes atribuições:

I - O cargo de Chefe de Departamento tem as seguintes atribuições:

a) cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito do Município de Cordeirópolis, especialmente as relativas à segurança;

b) planejar, coordenar e promover as atividades de sua unidade, bem como supervisionar o trabalho dos servidores, e na disponibilidade de materiais, para definir prioridades;

c) participar da elaboração do plano de trabalho do Município, fornecendo informações e orientações para a definição de objetivos;

d) controlar o desenvolvimento das atividades do respectivo Departamento, orientar e solucionar dúvidas e problemas, realizando estudos pertinentes, para a melhoria dos trabalhos;

e) avaliar os resultados dos trabalhos, sendo o responsável pela unidade, e propor as modificações;

f) elaborar relatórios sobre o trabalho, apresentando os resultados alcançados, informações para uma avaliação da política de trânsito;

g) executar outras tarefas consideradas prioritárias e de maior importância imediata.

II - O cargo de Oficial Administrativo tem as seguintes atribuições:

a) examinar toda a correspondência recebida, coletando dados referentes às respostas e encaminhando para a elaboração das respostas e

## Cordeirópolis

O Departamento Municipal de Trânsito é um órgão do Poder Executivo Municipal.

O Departamento Municipal de Trânsito, de provimento estatutário dos Funcionários Municipais, é um cargo de provimento efetivo, regido pela Constituição (CLT), referência 04, Anexo Pessoal da Prefeitura Municipal, sob os seguintes requisitos e atribuições:

O Departamento, deverá ter as seguintes atribuições:

Atuar na fiscalização municipal, no âmbito das decorrentes desta lei;

Garantir a execução de todas as atividades, visando-se nos objetivos a eficiência de recursos humanos e materiais e rotinas;

Atuar na política administrativa do Município e suas gestões a fim de contribuir para o desenvolvimento;

Atuar nos programas afetados ao trânsito, orientando os executores na tomada de decisões ou sugerindo melhor desempenho;

Atuar nos programas, consultando o pessoal para detectar falhas e propor melhorias;

Atuar no desenvolvimento dos serviços e no comando o superior imediato de governo;

Atuar nas atividades determinadas pelo superior;

Atuar no planejamento administrativo, que deverá ser elaborado de acordo com o plano de trabalho de segundo grau,

Atuar na fiscalização recebida, analisando e

## Prefeitura Municipal de Cordeirópolis

Decreto nº 2212  
de 12 de novembro de 2003.

Dá nova constituição ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cordeirópolis.

**Milton Antonio Vitte** – Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que lhe confere o artigo 81, inciso XIX, da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis,

### D e c r e t a:

**Art. 1º** - Dá nova constituição ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cordeirópolis, nos termos da Lei Municipal nº 1856, de 08 de maio de 1996, especificamente, em seu Capítulo II, Seção I, II e III.

**Art. 2º** - O "Conselho" de que trata o "caput" do artigo 1º, compor-se-á dos seguintes membros:

#### Do Governo Municipal

I – Departamento de Educação e Cultura  
Titular – Glaucielei Gonçalves da Silva Giardini  
Suplente – Cátia Regina de Souza

II – Departamento de Saúde  
Titular – Cleide Ivone da Silva  
Suplente – Adriana Rodrigues Granso

III – Departamento de Promoção Social  
Titular – Giane Catai Losa  
Suplente – Cláudia Cristina Fróes

IV – Segurança (Guarda Municipal)  
Titular – Irineu Ribeiro  
Suplente – Dimas Moisés Tochio

V – Departamento de Esportes e Turismo  
Titular – Marcos Pinheiro da Silva  
Suplente – Marlene Aparecida Leme Mascarin

#### Entidades não Governamentais

VI – Pastoral da Criança  
Titular – Maria Zoraide Celotti Minatel  
Suplente – Neide Aparecida Mascarin Corte

VII – APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais



das administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e promover a arrecadação das multas que aplicar;

IX – fiscalizar o cumprimento das normas contidas no artigo 95 do Código Brasileiro de Trânsito, aplicando as penalidades e promovendo a arrecadação das multas previstas pelo aludido dispositivo legal.

X – promover a arrecadação de valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e de escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XI – credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

XII – integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;

XIII – implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XIV – promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito;

XV – planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVI – registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e promovendo a arrecadação de multas decorrentes de infrações;

XVII – conceder autorização para condução de veículos de propulsão humana e de tração animal;

XVIII – articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN – Conselho Estadual de Trânsito;

XIX – fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;

XX – vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.

XXI – executar outras atribuições previstas em leis, regulamentos, resoluções e em outros instrumentos legais não previstos nesta lei.

ros da unidade, como oficiais, para dar cumprimento à

c) atender ao expediente na abertura, recebimento, encaixamento de processos, correspondendo atender às solicitações;

d) organizar e manter atualizados, classificando-os por ordem, visando um controle sistemático;

e) examinar a exatidão de dados, quando registros, observando prazos e outros lançamentos para co-financeiros;

f) elaborar estatísticas e cálculos necessários à elaboração anual, computando gastos fixos e permanentes, equipamentos, levantamentos, compilando demonstrativos, possibilitando a contábil e outras;

g) prestar atendimento ao público geral atinentes à sua unidades, tarefas dos mesmos;

h) controlar a agenda de trabalho ou informando horário e outros;

i) executar as demais tarefas atribuições do respectivo Departamento;

j) executar outras tarefas superiores imediatas.

**Artigo 6º** - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das próprias.

**Artigo 7º** - Esta lei entrará em vigor a partir de 2004, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeiros de 2003; 55ª da Emancipação do município.

**Elias Abramo**  
**Prefeito**

Publicada no Diário Oficial do Município de 2003.

**José Aparecido**  
**Coordenador do Departamento**

memorandos, circulares e outros documentos de natureza administrativa;

mal da unidade, efetuando o encaminhamento, registro, distribuição interna e externa, visando

os os arquivos de documentos cronológica e/ou alfabética dos mesmos;

documentos, conferindo, efetuando, datas, posições financeiras, elaboração de relatórios físicos

dos para levantamento dos dados do orçamento-programa e pessoal, materiais de consumo e instalações, efetuando os dados em tabelas ou mapas de controle a posição financeira,

co, fornecendo informações, visando esclarecer as solicitações

superiores imediatos, estipulando compromissos, reuniões

relativas ao cumprimento das obrigações, não privativas do

relatas determinadas pelo superior

relantes com a execução das atividades de dotações orçamentárias

por no dia primeiro de janeiro de 2004, sob pena de nulidade, sob pena de nulidade, sob pena de nulidade

Cordeirópolis, aos 11 de dezembro de 2003, do Departamento Político-Administrativo do Município

João Saad  
Prefeito Municipal

Antonio Thirion", em 11 de dezembro de 2003.

João Benedito  
Coordenador Administrativo-Chefe  
Departamento de Administração

VIII - Fundação Municipal de Cordeirópolis  
Titular - Cássia de Moraes  
Suplente - Ariana Cristina Geniselli

IX - Igrejas-Evangélicas  
Titular - Edson Honorato de Barros  
Suplente - Elsa Cristina Arruda Souza

X - Rotary Club de Cordeirópolis  
Titular - Cristiano Antonio Guarazemin  
Suplente - Antônio Guarazemin

**Art. 3º** - A função de membros do "Conselho" é considerada de interesse público por conseguinte, de alta relevância, sendo vedada sua remuneração (art. 10, da lei 1856/96).

**Art. 4º** - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a renovação, apenas uma vez e por igual período (artigo 13, da lei 1856/96)

**Art. 5º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, em 12 de novembro de 2003 - 55ª da Emancipação Político-Administrativa do município.

Milton Antonio Vitte  
-Prefeito Municipal-  
em Exercício

Publicado no Paço Municipal "Antonio Thirion", em 12 de novembro de 2003.

José Aparecido Benedito  
Coordenador Administrativo-Chefe  
-Departamento de Administração-

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Sociedade Beneficente Espírita "Frei Rogério Neuhäus", com sede a Rua Siqueira Campos nº11, Centro, Cordeirópolis/SP, convoca seus associados para se reunirem em **Assembléia Geral Extraordinária** a se realizar no próximo dia 16 de dezembro de 2003, em sua sede, com início às 20:00h, para deliberar sobre:

a) nova redação aos estatutos sociais, em conformidade com as determinações constantes do novo código civil-lei federal 10.460 de 10/01/2002 e;

b) nova denominação da sociedade beneficente espírita Frei Rogério Neuhäus, de modo a adaptar-se ao novo código civil.

FRANCISCO FREDERICO OLIVATO  
-Presidente-